

Professor Marcelo Bittencourt

André Vargas

João Paulo Henrique Pinto

Victor Serebrenick

Apresentação: Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), mestre em Antropologia pela Universidade de São Paulo (1996) e doutor pela Universidade Federal Fluminense (2002), Marcelo Bittencourt se encontrou com os editores da *Ars Historica* para uma conversa sobre sua trajetória acadêmica e sobre o avanço dos estudos da historiografia africanista no Brasil.

ARS: Em nome da Revista *Ars Historica*, agradecemos a sua presença e sua disponibilidade para conversar conosco. Sou André Vargas, estou acompanhado do João Paulo Henrique Pinto e do Victor Serebrenick. Hoje nós estamos entrevistando o professor Marcelo Bittencourt, professor da Universidade Federal Fluminense.

ARS: Nesta entrevista, queremos conhecer um pouco mais sobre a sua carreira. Para isso, gostaríamos que você nos falasse um pouco sobre a sua formação acadêmica. De onde surgiu o interesse pela História e, mais especificamente, pela História da África?

MB: Talvez seja melhor começar falando de uma etapa um pouquinho anterior, quando eu ainda não imaginava fazer o curso de História. Outro dia eu conversava com alguns amigos e surgiu uma pergunta assim: "Quando você acha que a sua vida mudou?". Eu acho que minha vida mudou quando eu entrei no Colégio Pedro II. Minha família não tinha recursos. Eu nasci no Cachambi, mas meu pai conseguiu uma casa própria, num bairro mais distante chamado Cavalcanti. Lá estudei em uma Escola Municipal, que se chama Espírito Santo. Terminei o Primário nessa escola e ingressei no Pedro II, que apesar de estar muito sucateado em termos de infraestrutura e número de professores, era e é uma escola muito boa.

Eu lembro que era bom aluno em Matemática e gostava mais dos professores dessa área. Fui aluno do Oscar Halac, professor de Química, atual reitor da Escola. Ele talvez tenha sido o primeiro professor a conversar com a minha turma sobre o que pretendíamos fazer ao final do Ensino Médio. Eu estava no primeiro ou segundo ano do Ensino Médio (chamava-se Segundo Grau na época) e na verdade eu nunca tinha parado para pensar a sério no que eu iria fazer.

Quando eu estava no segundo ano, prestei vestibular para Engenharia Mecânica, mas quando eu fiz o vestibular no outro ano, aí já fiz para História. Eu não sei responder com precisão qual foi o momento em que eu decidi mudar. Eu era bom aluno em História, mas não era uma disciplina que me mobilizasse muito. O país estava passando por um processo de abertura política, de consolidação da abertura política, eu tinha participado das primeiras assembleias dos estudantes para a renovação do Centro Acadêmico dentro do Pedro II. No bairro em que eu morava à época, Abolição, tinham sido constituídas algumas células do PT. Isso tudo contribuiu para a decisão de cursar História na UFRJ.

ARS: E como foi o curso aqui no IFCS? Já havia alguma disciplina sobre História da África naquela época?

MB: A UFRJ tinha sofrido muito com o período da ditadura no Brasil, tudo isso eu fui saber depois que eu entrei. Eu imaginava que eu ia entrar aqui, fazer um curso de 4 anos e sair professor de escola pública. Era isso que passava pela minha cabeça. Talvez eu nunca tivesse escutado falar em Mestrado e Doutorado. E foi aqui nessa casa que eu fui aprender sobre a profissão e sobre as possibilidades da carreira. Que era possível fazer o Mestrado, o Doutorado.

ARS: Então foi na sua passagem pelo IFCS que você começou a entrar em contato com a História da África?

MB: Sim, foi na Graduação e por uma disciplina. Eu fiz um curso com o professor Adílson Pinto Monteiro, que já se aposentou, chamado "Descolonização e emergência dos países afro-asiáticos". Evidentemente, dada a extensão do conteúdo proposto, era uma disciplina introdutória, mas foi o suficiente para despertar em mim e em outros estudantes daquela turma o interesse por África. Mas isso foi no último ano do Bacharelado, 1991. Uma das possibilidades que o Adilson sugeriu era que fizéssemos levantamentos de documentos e publicações sobre África. Então, lógico, imediatamente fomos ao Real Gabinete Português de Leitura. Mas o Adilson também sugeriu que fôssemos ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Candido Mendes. Para o CEAA fomos eu, o Edson Borges (atualmente professor de História da África na UNILAB), o Roquinaldo Ferreira (atualmente professor de História da África na Universidade da Pensilvânia), o Rogério Schmitt (atualmente consultor político), o Francisco Novello e o Rui Vasconcelos (esses dois últimos entraram no Itamaraty e viraram diplomatas). Bom, chegamos em uma universidade privada, com aquele preconceito de quem vem da pública, mas fomos muito bem recebidos! Tinha uma pessoa especial no CEAA, que propiciou a segunda mudança na

minha vida e na vida de todos nós desse grupo. Era o professor José Maria Nunes Pereira, falecido em 2015.

Nós entramos no CEAA para saber o que tinha de África por lá. Descobrimos que tinha, naquele momento, a melhor biblioteca sobre África no Brasil. E nós não saímos mais de lá! Até porque o Zé Maria, quando viu aquele grupo de jovens chegando ali muito interessados, perguntou se nós queríamos fazer pequenas tarefas. A nossa chegada no CEAA foi também uma injeção de ânimo no Zé Maria, que estava muito isolado. Eu comecei a trabalhar no CEAA com atividades simples. Um dos primeiros trabalhos que eu tive foi cortar notícias nos jornais portugueses e ingleses. É preciso lembrar que não tinha internet, nem digitalização. Nós íamos às bancas de jornal da Avenida Rio Branco comprar jornais estrangeiros para ver as cotações de ouro, diamante e petróleo. E nós fazíamos um clipping para as empresas. O Zé Maria pegava naquilo e fazia um pequeno resumo das tendências, aquilo era semanal. E assim fomos garantindo uma remuneração. O trabalho cresceu, o tal clipping passou a ser vendido para algumas diretorias da Vale do Rio Doce, da Petrobras, da Odebrecht e da Mendes Junior, salvo erro. Hoje parece ridículo, com a internet, mas o que nós fazíamos era economizar o tempo dos executivos.

Mas surgiu um novo produto que foi o clipping Notícias Africanas. Nós achávamos um desperdício jogar aqueles jornais todos fora. Começamos a selecionar as principais matérias políticas e a fazer pequenos resumos sobre a conjuntura política dos países africanos que guardavam maiores relações econômicas com o Brasil. Acredito que essa tenha sido uma escola fundamental para todos nós. Tudo organizado e construído pelo Zé Maria. O revisor dos nossos textos era o Hamilton Magalhães Neto, um craque no assunto, que ajudou e muito a todos nós. Por outro lado, eu me formei no Bacharelado no IFCS em 1991 e em 1992 eu já estava trabalhando formalmente na Candido Mendes. Ainda fiz a Licenciatura nesse ano de 1992, na Praia Vermelha.

ARS: Então foi ali que surgiu seu interesse pela História de Angola?

MB: Sim. Era o momento da negociação de paz, das eleições, também havia um certo arejamento do regime em Angola. Então começam a passar angolanos pelo Rio de Janeiro, e o Afro-Asiático era uma referência para todos. Eu conheci o José Gonçalves (atualmente professor de Relações Internacionais na UFF), o José Octávio Serra Van Dunem (professor da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto), o João Melo (atualmente Ministro da Comunicação Social de Angola), o Pepetela (escritor angolano). Nesse tempo, com a leva de democratização africana dos anos 1990, começa uma reafrikanização do CEAA.

ARS: Foi neste período que você começou a estabelecer contatos com o pessoal de Angola já para fazer as entrevistas que serviram de fonte de pesquisa na sua dissertação de Mestrado?

MB: Exato. E o Afro-Asiático, em paralelo ao IFCS, me fez perceber a possibilidade de fazer o Mestrado. No CEAA também tinha um projeto da Fundação Ford para fomentar pesquisas em relações raciais, coordenado pelo Carlos Hasenbalg, também já falecido, que era diretor do CEAA e professor no IUPERJ. E como os pesquisadores desse projeto faziam o Mestrado e o Doutorado em diferentes programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Rio de Janeiro, isso também estimulou o nosso grupo. De fato minha primeira incursão na História de Angola foi na monografia de final de curso de Graduação, que foi sobre a Igreja Católica e a luta de libertação em Angola. Vale lembrar, que mesmo já trabalhando na Candido Mendes, fui fazer a Licenciatura, numa demonstração clara de que eu ainda não sabia que me tornaria professor universitário de fato. E na Licenciatura voltei a ter contato com um pessoa muito importante na minha trajetória que foi a Monica Lima, professora de História da África aqui dessa casa. Quando a Monica voltou do México, depois do seu Mestrado, ela fez algumas palestras no IFCS sobre História da África. E quando eu fui fazer o estágio no CAP-UFRJ reencontrei a Mônica.

ARS: Você começou a fazer suas pesquisas em História Oral já em Angola, a partir do Mestrado, em um momento super tenso em Angola, onde ainda existia conflito. Como foi isso? Teve problemas? Como é lidar com essa História do Tempo Presente?

MB: O Mestrado começou a ser pensado ainda em 1991, quando conheci os professores de Antropologia da USP, Carlos Serrano e Kabenguele Munanga, num evento da FUNDAP sobre cooperação técnica com os países africanos. Eles foram muito receptivos à nossa ideia (minha e do Edson Borges) de fazer o Mestrado em Antropologia na USP. E assim eu fui fazer o Mestrado com o Serrano, que evidentemente ajudou muito nesse mergulho em Angola e na própria ida para Angola, já que ele é angolano. Continuei trabalhando na Candido Mendes e tinha apenas um dia de folga para ir a São Paulo cursar as disciplinas. Lembro que íamos de carro, eu, o Edson e um professor aqui da casa, o André Chevitarese, que cursava o Doutorado também na USP. Foi muito importante ter cursado o Mestrado em Antropologia, ainda era o regime antigo, de 4 anos, então tive muitas disciplinas. Ainda tivemos que fazer mais disciplinas porque vínhamos da História. O curioso é que, quando eu fui fazer o Doutorado em História, tive que fazer mais disciplinas porque vinha da Antropologia.

É importante dizer que o ingresso no Mestrado também esteve relacionado com uma mudança ocorrida no CEAA. O Peter Fry, professor da Antropologia aqui da UFRJ, já aposentado, tinha saído do Zimbábue, onde era representante da Fundação Ford, juntamente com o Colin Darch, que era bibliotecário e pesquisador, e criado um projeto para formar cientistas sociais moçambicanos no IFCS. O CEAA passou a ser o gestor do projeto, das bolsas, das fianças, do seguro médico e também do acompanhamento dos estudantes moçambicanos. O Colin Darch passou a ser o gestor desse projeto e foi decisivo para a nossa contratação (minha, do Edson Borges e do Roquinaldo Ferreira) como pesquisadores pela Candido Mendes e para o nosso ingresso no Mestrado. Depois, com o fim do Apartheid, ele foi trabalhar na África do Sul.

Com a saída do Colin, eu fiquei como diretor interino do projeto durante alguns meses. O novo diretor depois passou a ser o Beluce Bellucci, economista, que tinha muito conhecimento sobre Moçambique, pois tinha sido exilado na ditadura brasileira, primeiro na França e depois em Moçambique. Ele transformou aquele projeto dos bolsistas moçambicanos em uma forma de financiamento dos estudos africanos na Candido Mendes, através da abertura de novos projetos de gestão de estudantes africanos no Brasil. Foi assim que eu e o Roquinaldo Ferreira viajamos para Angola, com o objetivo de fazer a pesquisa de nossos respectivos Mestrados, mas também de tentar costurar novos projetos de administração de bolsistas.

Viajaram conosco a Monica Lima, o Silvio Carvalho (professor aposentado de História da África, aqui do IFCS), o Carlos Eugênio Líbano Soares (professor da Universidade Federal da Bahia), o Zé Maria e a Rita Chaves, professora de Literatura Africana da USP. De fato, a Rita foi fundamental para essa viagem e para a minha pesquisa. Ela já tinha ido para Angola, salvo erro, em 1987, e conhecia muitos escritores angolanos, que também eram políticos ou tinham uma participação muito intensa na militância política do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Eu e o Roquinaldo tínhamos um acordo com o Beluce: se conseguíssemos alinhar algum projeto, poderíamos prolongar nossa estadia em Angola. E foi o que aconteceu. Os demais foram para ficar um mês e depois desse tempo voltaram. Mas essa esticada em Angola só foi possível porque ficamos amigos de uma pessoa muito especial, o Américo Gonçalves. Um jornalista angolano que nos conheceu durante a viagem e, sabendo do nosso desejo de ficar mais tempo em Angola, ofereceu para ficarmos na casa dele. O Américo foi fundamental para a minha pesquisa de Mestrado e Doutorado. Sem ele teria sido impossível ficar tanto tempo e construir a pesquisa como eu fiz. Um grande irmão que eu ganhei em Angola.

ARS: E como foi esta experiência de viver em Angola?

MB: Foi incrível. Foi resultado de uma certa ignorância, no sentido de que eu não sabia o que era um país em guerra, misturado com certo arroubo da juventude. Isso foi em 1995, eu tinha 25 anos, não era um garoto, mas não tinha enfrentado essa experiência. O cotidiano era muito difícil. As coisas do dia-a-dia consumiam muito tempo. Comer, lavar roupa, conseguir transporte, tudo era complicado para todos, mas para o estrangeiro era ainda mais difícil. E aí contamos também com a solidariedade de várias pessoas que nos ajudaram de várias formas. Para vocês terem uma ideia. Nós tínhamos conseguido, ainda aqui no Rio de Janeiro, alugar um apartamento por fax, em Luanda. Ficava no sexto andar de um prédio chamado J. Pimenta. Os prédios tinham os nomes das placas publicitárias fixadas no seu telhado. E era muito curioso porque o prédio não tinha água e nem esgoto funcionando, mas no primeiro andar do prédio funcionava a Direção Nacional de Águas. Esse tipo de situação torna muito difícil as tarefas mais simples. Você precisa contratar a água e planejar as tarefas a serem executadas enquanto tem luz, pois faltava luz todos os dias. Depois trocamos de casa, com a ajuda dos amigos angolanos. Passamos para uma casa com bomba d'água e gerador. É importante enfatizar a importância de ter alguém que já tinha estado em Angola, como era o caso da Rita Chaves. Quem vai fazer campo, sabe o quanto é importante montar uma rede de solidariedade. O Zé Maria tinha outro circuito, pois ele tinha sido dirigente da Casa dos Estudantes do Império em Coimbra, nos anos 50 e tinha a família da ex-mulher que era angolana, a Filomena. Seus amigos faziam parte de uma outra geração e eram dirigentes governamentais.

Ficamos eu e o Roquinaldo mais alguns meses. Ele dentro do Arquivo Histórico e eu dividido entre o Arquivo Histórico e as entrevistas. Tive também a oportunidade de conhecer a Guiné Bissau e Portugal, nessa viagem. Portugal porque era a nossa rota de entrada e saída para Angola e assim pude pesquisar na Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e no CIDAC (Centro de Documentação Amílcar Cabral). Como estava em Lisboa, o Beluce pediu para ir a Bissau, em função de um outro projeto de administração de estudantes. A segunda metade dos anos 1990 foi impressionante. Viajei muito em função desses projetos. Voltei a Angola em 1997 para mais uma longa temporada. Novamente numa situação de grande tensão militar. Foi quando fiz uma outra série de entrevistas.

ARS: E como as pessoas que você queria entrevistar te recebiam? Sendo um momento de guerra civil ainda, imagino que isso poderia gerar algum impacto, não?

MB: Eu me lembro de pessoas que se transformaram em amigos meus, angolanos, mas que nessa primeira viagem disseram: "Vocês vão fazer a pesquisa que vocês querem para a Tese, vão embora e nunca mais irão voltar". Não foi assim que as coisas correram. Eu estabeleci laços de amizade muito fortes. Talvez essa ponderação fosse uma espécie de cobrança se nós teríamos Angola apenas como um objeto ou se nós iríamos um pouco além disso. Lembrar disso é muito interessante. Eles quase cobravam algo a mais do que o profissional, do que o acadêmico. As pessoas também se viam como objeto.

No tocante às entrevistas, o objetivo era entrevistar as três principais forças políticas, MPLA, FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Mas é só olhar a lista de entrevistados da Dissertação e da Tese para perceber que eu entrevistei muito mais gente do MPLA. Da FNLA consegui alguns simpatizantes, mas não dirigentes, o que não quer dizer que eu não tenha tentado. Simplesmente não consegui. As pessoas não estavam muito interessadas em falar. É até mais difícil de entender a FNLA do que a UNITA, já que essa estava em guerra contra o governo. A FNLA é um partido que foi muito forte durante a guerra de libertação e que, no imediato pós-independência, foi perdendo força, deixou de ser um movimento militar e passou a ser, a partir do multipartidarismo e das eleições de 1992, um partido político com assento no Parlamento. Eu cheguei para fazer a primeira série de entrevistas em 1995. Ainda que a guerra tivesse retornado, não era mais uma guerra entre o governo, capitaneado pelo MPLA, e a FNLA. Era uma guerra contra a UNITA. Portanto, a FNLA não tinha muito a temer. E a minha pesquisa era sobre a luta de libertação (1961-1975), mas o fato é que não tive sucesso nas entrevistas. Uma resposta muito comum entre as pessoas que eu não consegui entrevistar, de todos os partidos, era a de que eles estavam escrevendo as suas memórias.

É indiscutível que eu tive muito mais receptividade dos dirigentes e militantes do MPLA. Isso tem a ver com o fato de eu ter ficado sediado em Luanda, e de minha rede de entrada ter sido a da Rita Chaves, que é a rede das pessoas da Literatura, dos escritores, Pepetela, Roberto de Almeida, Jaques dos Santos, Costa Andrade, Ruy Duarte de Carvalho, esse último escritor e antropólogo. Em certa medida acontece dessa forma porque o teu entrevistado vai abrindo novas portas, indicando amigos e pessoas que aceitam dar a entrevista. Por outro lado, eu tive o cuidado de buscar alternativas a estes nomes. Eu busquei e consegui vários nomes dissidentes do MPLA, das diferentes dissidências do MPLA e da UNITA, como foi o caso do Jaka Jamba. É preciso lembrar que depois das eleições de 1992 há uma retomada da guerra, e em 1994 nova negociação para a paz, uma vez mais sem sucesso. Quando eu comecei as entrevistas em 1995, a guerra tinha sido

retomada mais uma vez, só que existia um corpo de deputados da UNITA, eleitos para o Parlamento, nas eleições de 1992, que estavam em Luanda. Foram esses os quadros a que eu tive acesso e que depois foram alargados com a criação do GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional), criado em 1997. Eu também queria diversificar em termos de gênero, eu queria entrevistar as mulheres, mas também aí tive dificuldade. Ainda assim consegui entrevistar algumas.

Quanto à dificuldade das entrevistas, essa variou conforme o entrevistado, sua expectativa com a própria entrevista, seu cargo ou sua relação com o governo. Os dirigentes ficaram mais na defensiva, sempre posicionando o MPLA como tendo a vida dificultada pelos outros. Já os dissidentes assumiram uma postura mais ofensiva, acusando os dirigentes históricos que permaneceram na direção do MPLA de serem os responsáveis pelo fim de um sonho. Foi possível perceber, também, uma diferença entre aqueles que já eram recorrentemente entrevistados e tinham construído uma versão da sua trajetória, que tendia a oscilar pouco, e aqueles menos acostumados a dar entrevistas, por vezes dando a sua primeira, que ainda não tinham uma versão tão arrumada para sua trajetória. Eu não entrevistei só dirigentes famosos, busquei também pessoas menos destacadas da luta de libertação. É importante refletir sobre esse lado da entrevista, como algo que pode ascender algumas trajetórias. Eu era um estrangeiro. Por mais que os angolanos guardem alguma proximidade com o Brasil, me viam como um estrangeiro. Provavelmente imaginavam que aquele trabalho podia se tornar um livro, o que acabou acontecendo, e dessa forma as entrevistas poderiam realçar suas trajetórias.

Quanto às vantagens, eu diria que, para vários quadros que eu entrevistei, o fato de ser homem facilitou. O fato de eu não ser branco também. Eu estava entrevistando, perguntava uma determinada coisa e a pessoa dizia assim: "Você que é mulato sabe o que eu estou dizendo". Porque é claro que o fator racial sempre foi muito importante na História de Angola e em especial do MPLA. Ainda que ele se apresentasse, quase sempre, como um movimento a-racial, a questão racial estava lá. Então, quando as pessoas vão buscar suas memórias, ou construir suas memórias, elas vão fazer isso entrelaçando os referenciais do momento narrado com o momento da entrevista. E aí a questão racial de novo aparece com intensidade. Eu considero que o fato de ser homem, brasileiro e não branco me ajudou nas entrevistas. Como meus entrevistados foram quase todos homens, isso dava uma certa proximidade. O interlocutor não era alguém totalmente fora do mundo dos entrevistados. De fato, esse é um tema muito interessante de ser discutido.

Um outro item que eu acho importante das entrevistas é que eu já conhecia razoavelmente bem a história da luta de libertação de Angola, mas era jovem face aos meus entrevistados. Isso fez com

que em alguns casos as entrevistas tivessem um tom excessivamente didático. E isso foi muito bom porque o entrevistado achava ser importante apresentar a sua versão da História de Angola.

ARS: Você é de uma das primeiras gerações de historiadores brasileiros que se dedicaram ao estudo da História da África. Quais são as diferenças que você percebe entre o início da sua carreira e hoje? Qual foi o impacto da lei 10639-2003?

MB: Bom, tem outras gerações e posso falar aqui daqueles com quem eu tive contato mais próximo. Tem a do Carlos Serrano, Kabenguele Munanga, Fernando Mourão, José Maria Nunes Pereira, que fizeram pesquisa, que construíram suas vidas acadêmicas em temas africanos, mas que tinham também laços pessoais, familiares com a África. Ainda nessa geração é preciso acrescentar a Laura Padilha (professora de literatura africana da UFF). É curioso que nenhum deles era da História, mas sim da Sociologia, da Antropologia e da Literatura. Mas todos eles sempre deram muita força para que a História também abrisse a área de África. Depois tem uma outra geração, que é a da Rita Chaves, da Monica Lima, do Valdemir Zamparoni (professor de História da África da UFBA), da Selma Pantoja (professora de História da África da UnB), da Tânia Macedo (professora de Literatura Africana da USP), da Leila Hernandez (professora de História da África da USP) e da Carmen Tindó (professora de literatura Africana da UFRJ). Quando entra a minha geração, que também não são muitos além daqueles nomes do CEAA, aos quais é preciso acrescentar a Luena Nunes Pereira (professora de Antropologia na UFRRJ), nós vamos ser rapidamente incorporados ao grupo dos africanistas. Essa é uma característica da área de África, que eu acho que tem a ver não com o fato de ser África, mas de ser uma área que cresceu muito rapidamente a partir de um determinado momento, fazendo com que muitos, senão quase todos, se conheçam. Nas outras áreas talvez exista uma maior cerimônia em relação às gerações anteriores. Quando nós começamos éramos tão poucos que os mais velhos davam muita força, convidavam para eventos, publicações, bancas. E como muitos de nós passamos por isso, eu acredito que hoje continuamos a agir dessa forma. Eu continuo a passar materiais para jovens estudantes, assim como vejo muitos dos meus orientandos e ex-orientandos ajudando uns aos outros.

Talvez a pergunta sobre a minha geração fosse qual foi a diferença? É preciso dizer o seguinte: quando eu terminei a graduação alguns colegas disseram assim: você vai fazer a monografia em África? Que maluquice! Depois vai fazer o quê? Não existia a experiência de orientação na pós-graduação em História da África Contemporânea. Não existia a lei 10.639, não existia horizonte em termos de construir uma carreira e prestar concurso público para virar professor de História da

África. A disciplina não existia. Não é que não existisse o setor ou a área, não existia nem mesmo a disciplina, então porque existiria concurso? Portanto, para a minha geração, estudar História da África não foi uma aposta, pois não sabíamos que iria surgir uma área. Nós imaginávamos que iríamos fazer o Mestrado e depois iríamos para o exterior fazer o Doutorado. Comparando com os dias de hoje... é claro que há uma diferença absurda. Quase todas as universidades públicas abriram concurso em História da África, algumas mais de uma vaga.

ARS: E essa diferença você também atribui à lei 10.639?

MB: Ah, claro! Sobre a lei, eu acho que algumas pessoas concordam comigo: a lei não é o resultado de uma luta da academia. A lei é resultado da luta do movimento social. O movimento negro é que deu o pontapé inicial, e depois setores da academia apoiaram a demanda, em especial a área das Humanas. Posso falar do caso que eu conheço melhor, dos meus colegas da UFF. A maioria até já se aposentou, mas eram professores de História do Brasil, sobretudo Brasil Império e Colônia, mas também de América e de Contemporânea, que viram com bons olhos e acharam que era importante abrir o setor de África. Já existia a lei, é verdade, mas o Departamento comprou a ideia. Professoras como a Mariza Soares, que passou para a área de África, Hebe Mattos, Martha Abreu e Sheila de Castro Faria foram decisivas no apoio para a criação do setor de África.

ARS: E nas outras universidades do Brasil, como você vê a oferta de disciplinas de História da África?

MB: Quando tem um professor só e há uma disciplina no curso básico, ou seja, no leque das obrigatórias, é muito pouco. As opções de optativas ficam reduzidas pela possibilidade do professor em função dos seus temas de interesse e do seu tempo de sala de aula. Eu entendo que, em departamentos pequenos, por vezes também só há um professor de Antiga, um de Medieval, isso acontece, vai um pouco em função da oferta e do tamanho do próprio departamento. Mas eu acredito que, independente da área e do setor, o ideal seria o mínimo de dois professores. Primeiro, para se privilegiar certa diversidade das áreas de estudo e de interesse de cada professor. E segundo, para que você tenha um maior leque de optativas para os alunos.

ARS: Você falou que acredita que a luta pelo início do ensino de História da África no Brasil partiu muito dos movimentos sociais. Qual é a relação, hoje, do movimento social, do movimento

negro, com o estudo de História da África? Se existe algum intercâmbio, se existe alguma relação de iniciativas criadas entre o movimento negro e a História da África.

MB: Provavelmente há, mas não que eu participe hoje. Já participei de uma experiência dessas e foi muito importante pessoalmente. Naquele Afro-Asiático, da Candido Mendes, nos anos 90, acho que foi em 1996. Nós sentamos, todos nós, e montamos um programa, era um curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História da África. Na segunda metade dos anos 90, houve um boom dos cursos Lato Sensu, até mesmo nas universidades públicas. Eram cursos pensados como de requalificação dos professores do Ensino Fundamental e do Médio. Também eram vistos como um caminho de retomada da vida acadêmica, que permitiria às pessoas voltarem a pensar no Mestrado. Na primeira turma, uma parte significativa dos alunos era do movimento negro, militantes de longa data. As aulas eram muito intensas, porque os discentes eram pessoas moldadas por uma luta de movimento social, tendo em conta a questão racial no Brasil, que iam estudar a História da África, temas como escravidão na África, tráfico, lutas de libertação, golpes de Estado, ditaduras. E muitos tinham uma perspectiva de solidariedade africana e racial que em muitos casos não fazia sentido para os países ou as regiões africanas que nós estávamos estudando. Foi muito enriquecedor. Aprendi muito com eles também, com o Amauri Mendes Pereira (professor do Instituto de Educação da UFRRJ), o Iedo Ferreira (dirigente histórico do movimento negro), entre outros. Era uma interlocução intensa e tensa. Evidentemente o curso estava acontecendo ao mesmo tempo em que aquelas pessoas estavam atuando nos movimentos sociais pela implementação de História da África na Educação Básica. Uma discussão que surgiu e que foi muito interessante foi se pessoas não negras poderiam ser professoras de História da África. E foi muito legal, porque muitos daqueles velhos dirigentes do Movimento Negro Unificado se posicionaram dizendo que o racismo não residia no fato de brancos darem aulas de História da África, como alguns dos professores daquele curso, mas sim no fato de negros não serem professores universitários de qualquer área, como Medicina e Engenharia, e não apenas de História da África. Depois, nos anos 2000, teve outro curso que foi organizado pelo IPCN (Instituto de Pesquisa e Cultura Negra), em que também dei algumas aulas. Depois foram convites espaçados. Eu não dava as aulas de escravidão e tráfico na África, pois ficava com os temas mais contemporâneos, mas reconheço que era muito difícil debater aqueles processos. Existia uma angústia e uma cobrança: õeles eram todos negros, todos irmãos, como podiam escravizar uns aos outros?õ. E foi preciso demonstrar que eles, os africanos, não eram irmãos, que eles eram, em muitos casos, inimigos. Eles não estavam escravizando seus irmãos ou outros africanos, porque a ideia de África e de africanos ainda não existia para eles. Ela foi sendo

construída fora da África a partir do século XIX, e ao longo do século XX ela foi se africanizando. Também as discussões que vinham depois sobre os países independentes, os golpes de estado, guerras civis, genocídio do Ruanda, sempre são coisas muito delicadas e difíceis, porque se você tem um pensamento moldado pela ideia de solidariedade racial... Como é que os próprios africanos fazem isso com os africanos? Eram aulas difíceis, assim como o estudo sobre apropriação do Estado, desagregação do Estado... Mas foi uma experiência e tanto.

ARS: Em relação a essas últimas gerações que vêm se formando, eu gostaria de saber quais são as possibilidades de acesso às fontes de pesquisa. Qual é o desafio do pesquisador brasileiro para estudar História da África?

MB: A primeira noção é de que está muito mais fácil do que era antes. No meu Mestrado, por exemplo, a principal fonte foram os jornais do século XIX. Os jornais estavam lá, em Angola. Quer dizer, não daria se não fosse a pesquisa de campo, ir para Angola. Isso mudou muito por causa da internet. Hoje existem acervos digitais, não só livros e artigos, mas também alguns acervos documentais. Quem for trabalhar com fotografia, por exemplo, o acesso melhorou muito. Muitos professores também acabaram cedendo documentação, há projetos que depois viraram documentação pública. Estou lembrando de um projeto meu e da Mariza Soares, juntamente com o Arquivo Histórico Nacional de Angola. Esse material está acessível pra qualquer pessoa no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. São códices que vão desde o século XVI até o início do século XX. Esse projeto foi muito interessante, porque quem fotografou foram nossos orientandos. Eram orientandos de Doutorado que fizeram uma viagem pra Angola pra digitalizar documentação para o projeto. Mas, é claro, também fazendo a pesquisa deles.

ARS: Você poderia falar mais sobre isso? Onde pesquisar? É legal pra gente divulgar.

MB: Tem um site sobre Moçambique muito importante que foi construído pelo Colin Darch, chamado mozambique.net, em que ele vai disponibilizando a documentação dele através do site. Depois tem sites de documentação, como por exemplo o site da Aluka (<https://www.aluka.org/>), que tem muita documentação de todos os países da África Austral no que diz respeito à luta de libertação e os primeiros governos pós-independência. É impressionante esse acervo. Tem o nosso pequeno site que está hospedado lá no site da UFF, no Núcleo de Estudos Contemporâneos (<http://www.historia.uff.br/nec/angola>), com muitas músicas, muitos periódicos específicos sobre Angola.

ARS: Tem o Arquivo Mário Soares também, né?

MB: Isso. O Arquivo Mário Soares (<http://www.fmsoares.pt/aeb/arquivo>), para países africanos de língua portuguesa, tem muito material digitalizado. Tem também o Memória Da África (<http://memoria-africa.ua.pt/>), que tem uma parte bibliográfica, mas tem a parte de documentação também para o período colonial, até as independências. Existem ainda os filmes que podem ser baixados pelo youtube ou outras plataformas. Isso não existia. Há uma melhora no acesso à documentação, mas eu continuo achando muito importante as pessoas irem aos países africanos, sobretudo quem trabalha com temas contemporâneos, porque a experiência de passar pelo lugar que você está estudando, conversar com as pessoas que viveram aquele momento, isso dá um outro horizonte, abre novas possibilidades. Ver como as pessoas encaram o seu passado, ver o humor das pessoas...

ARS: Marcelo, ficou faltando uma parte da sua produção pra gente comentar, que é quando você vira seus estudos mais pro campo dos esportes. Queria que você comentasse um pouco sobre como se deu essa virada e que frutos isso tem rendido. Imagino que agora no pós-doutorado você tenha se dedicado a isso.

MB: É verdade. Quando entrei no Mestrado, a proposta inicial era estudar a formação do MPLA. Mas quando fui pro arquivo, em Angola, eu encontrei os jornais do século XIX. Então o que eu quis fazer foi mostrar um momento muito anterior à formação do MPLA, um momento de reivindicações de uma população luandense do final do século XIX e início do XX, que conviveu mais intimamente com o colonialismo português e que sofreu sucessivas expropriações em função dessa proximidade, embora não guardasse grande homogeneidade política. E ao longo do processo colonial foram surgindo tensões e rupturas não só quanto à estratégia de luta, mas também quanto ao relacionamento com o espaço colonial. Por isso o nome da Dissertação é *As linhas que formam o EME* numa tentativa de demonstrar que o MPLA é resultado de muitos fluxos que vão se juntando, também em momentos diferentes. Era um trabalho de História Política, mas olhando o colonialismo português. No Doutorado, o foco foi a luta de libertação levada adiante pelo MPLA; passei a olhar mais para o movimento de libertação. Construir uma história do movimento de libertação, não uma história militar do movimento. A Tese até tem várias narrativas de campanhas militares, mas eu estava interessado muito mais no que unia e dividia o movimento, por isso cada uma das dissidências ganhou um capítulo e, penso eu, também uma interpretação, um olhar diferente. De novo, eu estava no terreno da História Política, tentando entender as redes, as alianças e os vínculos de solidariedade existentes dentro do

movimento. Eu gosto muito também da parte em que eu trato do cotidiano das frentes de luta, uma insistência do Daniel Aarão Reis, meu orientador.

Terminada a Tese, ela acabou se desdobrando em muita coisa. Aprofundei algumas ideias que estavam ali e mereciam maior investimento, e fui atendendo a novas demandas que foram surgindo em função de eventos específicos, como as eleições em Angola, presente no artigo publicado no ano passado, na TEL, (<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/9465/6064>). Eu gosto deste artigo porque ele foi pensado para ser lido com acesso aos links que ele comporta. Assim você pode clicar e ver os vídeos dos comícios, das campanhas, dos diferentes partidos nas eleições de 1992 em Angola.

Mas em termos de foco de pesquisa, há uma mudança anterior ao tema dos esportes e que está relacionada ao meu ingresso na UFF, em 2004. É quando eu começo a me debruçar sobre a última fase do colonialismo português em Angola. Ou seja, volto ao tema do colonialismo, mas agora discutindo os angolanos que não ingressaram nos movimentos de libertação. E começo a trabalhar com periódicos dos anos 1950 e 1960 e, sobretudo, a documentação do Arquivo Ultramarino e não mais a documentação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política portuguesa do Salazar, que tinha sido o principal foco do doutorado. E isso ocorre em certa medida pela interlocução que começo a estabelecer no NEC (Núcleo de Estudos Contemporâneos) da UFF, em especial através do projeto Culturas políticas e usos do passado. Também é preciso mencionar que o ingresso na UFF e, na sequência, no PPGH abriu uma nova área de atuação que foi a da orientação. Já são 10 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado defendidas em temas africanos, o que expressa também o dinamismo da área.

ARS: Então é somente mais tarde que você começa a se dedicar ao estudo do esporte na África?

MB: Sim. Em 2007 eu fui pra uma banca de uma orientanda do Sílvio Carvalho e lá conheci o Victor Melo (professor da Faculdade de Educação da UFRJ e pesquisador da História do Esporte). Fomos tomar um café no terceiro andar do IFCS e o Vítor perguntou se, de fato, não tinha nada que eu conhecesse sobre o esporte nas antigas colônias portuguesas na África. Eu disse que era possível encontrar uma referência ou outra numa entrevista, num livro, mas que não existia nem mesmo um texto em que o esporte fosse o tema central. O Victor é um estudioso compulsivo. Passados 5 ou 6 dias ele me liga e diz: "Você tinha razão! Não tem nada! Já olhei tudo, rodei tudo. Tem muita gente pra áreas de língua inglesa e francesa, mas sobre países de expressão portuguesa na África não encontrei nada. Vamos fazer?" Foi assim que a coisa

começou. Organizamos alguns projetos coletivos de pesquisa, que congregaram a Andrea Marzano (professora de História da África da UNIRIO), o José Gonçalves, o Augusto Nascimento (professor de História da África da Universidade de Lisboa), o Aurélio Rocha (professor de História da Universidade Eduardo Mondlane), O Nuno Domingos (professor do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa), o Silvio Correa (professor de História da África da UFSC). Assim começou a parceria. Logo depois organizamos um primeiro evento na UFRJ, no Fórum de Ciência e Cultura, com convidados internacionais e de lá pra cá esse evento sobre esporte nos países africanos de expressão portuguesa tem se repetido a cada dois anos.

O que me interessa nesse tema é saber como o esporte foi mobilizado, quer pelo colonialismo, para tentar controlar os angolanos, quer pelos angolanos, para tentar escapar ao controle do colonialismo português. Ou seja, voltamos ao colonialismo.

ARS: Marcelo, ao longo desta entrevista pudemos acompanhar a sua trajetória e o surgimento do campo de História da África. Então, para terminar, eu gostaria que você deixasse algum conselho para os leitores da Ars Historica. O que você aconselha para essa nova geração de pesquisadores que está iniciando o estudo de História da África ou que pretende fazê-lo?

MB: Bom, eu não sou uma pessoa muito talhada para conselhos, porque como foi possível perceber pela entrevista, minha trajetória não atendeu a um planejamento. Afinal, acabei decidindo estudar História da África quando ainda nem existia a disciplina de História da África nos cursos de Graduação em História. Um conselho? Eu diria que, se eu estivesse começando hoje, eu buscaria escapar um pouco daquilo que já está sendo feito neste momento no Brasil. Existe uma maior concentração nos temas ligados aos países africanos de expressão portuguesa e, em especial, sobre Angola e Moçambique. Evidentemente, todo mundo tem o direito de fazer o que bem entender em matéria de conhecimento e área de estudo, mas pode ser mais interessante fugir a esses dois países. Então, para quem está começando agora, pensando na Monografia ou num projeto de Mestrado, eu diria para olhar com carinho para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Sendo possível, tendo o domínio de outra língua, em especial o inglês ou o francês, seria interessante partir para outro país ou região africana. Estou falando isso pela dificuldade de se fazer um curso que dê o domínio de alguma língua africana no Brasil. Eu acho interessante pensar em abrir o leque.

ARS: Em nome de toda a equipe de editores da Revista Ars Historica agradeço por você compartilhar o seu tempo e a sua história conosco.